



## DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UMA ABORDAGEM

### AN APPROACH TO SUSTAINABLE LOCAL DEVELOPMENT

MARIA JULIETA EULA<sup>i</sup> y HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS<sup>ii</sup>

Fecha de Recepción: 30/09/2017 | Fecha de Aprobación: 01/06/2019

**Resumo:** O artigo ocupou-se de discutir o conceito de desenvolvimento local sustentável trazendo as variáveis que nele intervêm, menciona-se o capital social, incluído os atores da sociedade civil, as organizações não governamentais, o mercado e o Estado local. Definiu-se como um processo endógeno de mudança que tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população, aumentando as oportunidades e direitos da sociedade, respeitando a cláusula da sustentabilidade. Nessa linha de raciocínio, as políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento local sustentável são peças-chaves para incentivar esse processo.

Posteriormente, contextualizou-se o surgimento historiográfico do desenvolvimento. Nessa sequência, aparece a problemática ambiental na década de 60 e a consequente preocupação da comunidade internacional com a natureza, que faz com que a sustentabilidade permeie o desenvolvimento local sustentável. Finalmente, coloca-se uma crítica dos autores Vainer e Fernandes (2010) sobre o conceito de desenvolvimento local/regional argumentando que esse discurso quebra a possibilidade de agir do Estado-nação.

#### Palavras Chaves:

*Desenvolvimento.*

*Local.*

*Sustentável.*

*Sustentabilidade.*

<sup>i</sup> Universidade Federal de Roraima, Brasil. Máster en Desarrollo Regional de la Amazonía por la Universidade Federal de Roraima. Licenciada en Ciencia Política por la UCC (Argentina). Becaria de la OEA.

<sup>ii</sup> Universidade Federal de Roraima, Brasil. Doutor em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso). Possui mestrado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999). É professor assistente III da Universidade Federal de Roraima. Atualmente é Secretário de Planejamento do Governo do Estado de Roraima Brasil.

**Abstract:** This article deals with the concept of sustainable local development bringing the variables involved, such as social capital including key civil society actors, non-governmental organizations, the market and the local state. It is defined as an endogenous transformation process that aims at improving the quality of life of the population, increasing society's opportunities and rights, respecting the sustainability clause. In this line of reasoning, public policies that encourage sustainable local development are key pieces to support this process. Subsequently, the historiographical emergence of development is contextualized. In this sequence, environmental problems appear in the 1960's and the resulting international community concern regarding nature makes sustainability permeate sustainable local development. Finally, a review by Vainer and Fernandes (2010), is put forward on the local/regional development concept, arguing that this discourse prevents the National State from taking action.

**Keywords:**

*Development.*

*Local.*

*Sustainable.*

*Sustainability.*

## 1. Introdução

Escrever um texto sobre desenvolvimento ou, em outras palavras, tentar compreender por que uma comunidade deve se desenvolver a fim de alcançar um determinado padrão de qualidade de vida, leva-nos a pensar os motivos pelos quais se estuda o desenvolvimento. Senão vejamos. Por que estudar a maneira como uma comunidade pode aproveitar melhor as oportunidades de um território? Por que melhorar a qualidade de vida, de educação e de saúde de uma população? Qual é a responsabilidade do Estado, da sociedade civil, dos *policy-makers*<sup>1</sup> em desenhar a política pública para garantir oportunidades e, assim, evitar desigualdades que possam sofrer as regiões distantes dos centros de poder político e econômico de um país? É possível que a maioria destas perguntas possa ser respondida evocando a necessidade das pessoas de viver melhor e a responsabilidade do Estado para garantir isso.

Examina-se, aqui, o conceito de desenvolvimento local sustentável. Esclarecemos, primeiramente, a diferença entre desenvolvimento, conceitos similares e algumas vertentes da economia que o abordaram contextualizando-se o surgimento do desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento humano. Volta-se o olhar, em um segundo momento, para a vinculação entre desenvolvimento e espaço geográfico e finalmente apresenta-se também uma visão crítica.

Cabe ressaltar que a visão apresentada é um recorte de perspectivas teóricas, sendo impossível abarcar a totalidade da informação existente sobre a temática. A este respeito, Sunkel e Paz (1970) esclarecem referida limitação epistemológica quando colocaram a dificuldade de se manterem atualizados sobre o fenômeno do desenvolvimento em 1970, em "*La Teoría del Desarrollo Económico*", diante do volume da produção acadêmica e publicação sobre o tópico. E isto ocorreu em uma época em que não existia a *internet*, bem como e-books nem revistas digitais.

Tem se preferido estudar o conceito a partir de uma perspectiva latino-americana, o que se justifica pela necessidade de debate sobre os problemas da região, desde uma visão própria no intuito de elaborar proposições e teorias inovadoras, fora do *mainstream* anglo-saxônico e assim evitar a recorrente aplicação de categorias de análise, que às vezes não permitem enxergar os problemas de estudo, por terem sido criadas em outros entornos sócio-políticos.

## 2. Metodologia

Utiliza-se nestas laudas o método chamado revisão bibliográfica (Andrade, 2009) a que significou uma ferramenta para contextualizar e construir o conceito de desenvolvimento local sustentável desde os primórdios da teoria econômica; tendo como marco de referência o Regime Internacional de Meio Ambiente.

## 3. O desenvolvimento local sustentável

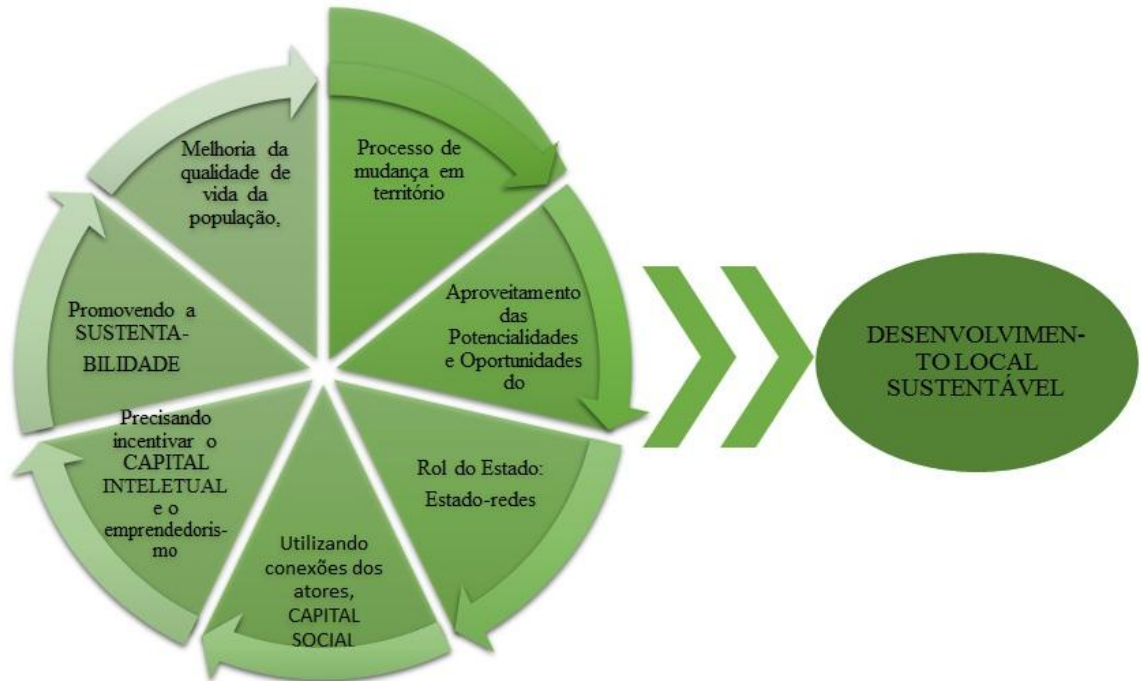
Para começar a discussão, apresentamos um conjunto de perguntas em torno do conceito chave deste artigo, a saber: quais são os elementos do desenvolvimento local sustentável? O que implica o processo de desenvolvimento? Ao longo destas primeiras laudas damos resposta às perguntas colocadas tentando construir um conceito de desenvolvimento local sustentável que nos permita entender o fenômeno investigado.

O desenvolvimento local sustentável entende-se como um fenômeno de mudanças que experimenta um território local que pretende criar ou potencializar suas vantagens, aproveitar as oportunidades existentes, melhorar a qualidade de vida da população, com a clara premissa de preservação do meio ambiente sem comprometer o bem-estar social e o usufruto dos recursos naturais pelas gerações futuras.

O fenômeno em questão parece ter os seguintes elementos no nível teórico: a) processo de mudança que permite aproveitar as oportunidades e potencialidades do território local; b) seus principais agentes responsáveis pelas mudanças são: as instituições, as ONGs (Organizações Não Governamentais), o governo municipal, as instituições educativas e a população interessada, dos quais deve emergir uma força interna que leve ao processo de desenvolvimento; c) formação de capital intelectual capaz de aplicar conhecimento e tecnologia; d) promoção da sustentabilidade entendida como um processo contínuo que permita às gerações presente e futura de aproveitarem os recursos naturais; e) a melhoria da qualidade de vida da população como resultado final desejado.

Martins e Cândido (2008, p. 621) chamam a atenção para a continuidade do processo de desenvolvimento que deve acontecer “de forma ampla e racional [...] inteiro e efetivo ao longo do tempo”. A seguir, apresentamos os elementos do conceito em um gráfico de ciclo:

**Figura 1** - Os elementos do conceito do desenvolvimento local sustentável



FONTE: Elaboração própria (2017)

Conforme mencionado nos parágrafos anteriores, os enfoques do conceito de desenvolvimento são quase infinitos. Neste artigo são abordados textos e autores que apresentaram o conceito completo composto por desenvolvimento + local + sustentável, nesta sequência. Neste sentido, comparamos dois autores: um deles é Buarque (1999), e a outra é Kronemberger (2011). Ambos apresentam o desenvolvimento local sustentável como a interação entre duas variáveis: uma de desenvolvimento local<sup>2</sup> e a outra de desenvolvimento sustentável. Para Buarque (1999):

Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais (Buarque, 1999, p. 9).

Percebe-se neste conceito a preocupação com os recursos naturais, no entanto, em páginas posteriores, Buarque (1999) adiciona a variável sustentabilidade, dando-lhe o sentido atribuído pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) ocorrida em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, onde o termo sustentabilidade foi legitimado após um longo processo de preocupação com problemática ambiental e a alta conscientização na comunidade internacional sobre os danos ao meio ambiente.

O desenvolvimento local sustentável é, portanto, um processo que leva a um continuado aumento da qualidade de vida com base numa economia eficiente e competitiva, com relativa autonomia das finanças públicas, combinado com a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente (Buarque, 1999, p. 32).

O conceito trazido por Buarque (1999, p. 32) destaca que o sistema econômico tem “relativa autonomia das finanças públicas”, isto é, o Estado<sup>3</sup> não exerce papel dominante ou determinante sobre o processo das transformações econômicas, pois o mesmo é relativizado. Nesse caso, a proposta de mudança econômica é endógena, ou seja, no sentido de que se resgata o protagonismo dos demais atores da sociedade no processo de melhoria da qualidade de vida das pessoas de modo geral, a partir do funcionamento de uma economia que tenha a eficiência como valor e princípio central da estruturação da base material de existência ou base produtiva da sociedade.

Cabe destacar, no conceito de Buarque (1999), a ênfase na sinergia social, entendida como ferramenta para potencializar o processo de mudança da sociedade, isto é, a mobilização das forças sociais a fim de se alcançar um objetivo. A este respeito, o autor pondera que o desenvolvimento local sustentável é composto de quatro elementos-chave: a) crescimento econômico; b) elevação nos níveis de vida da população; c) preservação ambiental dos recursos; e d) aumento da participação social.

Já o conceito de desenvolvimento local sustentável de Kronenberger (2011), recebe a influência da Agenda 21 Global – plano de ação para alcançar o desenvolvimento sustentável criado pelas grandes Conferências Internacionais de Meio Ambiente. É válido destacar o objetivo 13 deste documento que diz o seguinte: “promover a Agenda 21 e o desenvolvimento integrado e sustentável” (Brasil, 2002, p. 62), e continua enfatizando a relevância da escala local nos processos de desenvolvimento assim expresso:

Uma das grandes conquistas da última década foi o avanço na concepção do desenvolvimento que passou a ser visto de forma descentralizada e participativa, focalizada de maneira original no poder local (Brasil, 2002, p. 62).

Kronenberger (2011) explica que o desenvolvimento local sustentável representa a interação de duas variáveis: desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável. Segundo esta autora “são complementares e convergentes” (p.13) e podem ser atingidos pela metodologia do desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS), entendido como:

Um novo modo de promover o desenvolvimento, que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas, além de fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens (Franco, 1998, p. 7, *apud* Kronenberger, 2011, p.38).

O DLIS traz uma importante variável ao debate, já que responde à polêmica pergunta: de quem é a responsabilidade de impulsionar o processo de desenvolvimento em uma comunidade para se atingir um melhor padrão de vida? Da esfera federal, estadual, ou municipal? Das ONGs? Das escolas, universidades, empresas? Kronenberger (2011) responde bem facilmente: TODOS são agentes aos quais cabe a responsabilidade de agir em prol do desenvolvimento local integrado e sustentável.

Esse conceito implica a integração da sociedade, do governo, das empresas e do terceiro setor para conseguir o DLIS, sendo que os três níveis administrativos do Estado: municipal, estadual e federal, todos têm um papel estratégico. A autora esclarece que o Estado deve funcionar como Estado-rede, onde existe parceria entre a sociedade civil e o governo para se atingir o bem comum (Kronenberger, 2011).

Dentre as funções do Estado encontram-se as seguintes: a) no marco de uma lógica vertical, precisa-se a coordenação de ações entre os níveis de governo estadual, municipal e federal, b) estimular a participação da população, c) coordenação horizontal das ações dos diversos órgãos de governo, d) árbitro das relações entre os setores da sociedade, e) artífice da cooperação entre o mercado e a sociedade civil. No caso de dificuldade para se receber as transferências dos níveis federal e estadual, os municípios podem criar associações entre si, com o intuito de aproveitar as vantagens latentes. Por isso, o Estado deve criar um novo modelo de gestão da política pública adquirindo o papel de catalizador e facilitador do desenvolvimento (Kronenberger, 2011).

Assim, os conceitos apresentados são visões que se complementam e permitem enxergar a importância da função do Estado como facilitador e catalizador do desenvolvimento, o que não significa dependência da comunidade dos recursos públicos, por exemplo, políticas públicas assistencialistas.

Observa-se a grande importância do capital social, do capital humano e do trabalho em redes dentro da sociedade para que a mudança se concretize. Ou seja, para que se impulse um processo de desenvolvimento local sustentável, a sociedade, as empresas e o Estado, em seus três níveis, devem contribuir conjuntamente, baseados, é claro, em um planejamento estratégico que indique as metas. Embora o Estado tenha um papel chave, como foi colocado, deduz-se a necessidade de um líder para conduzir o processo, que seja capaz de enxergar as metas desejáveis e formar uma equipe de *policy-makers* que contribua com este objetivo.

Portanto, as forças que intervêm no processo de desenvolvimento local sustentável podem ser endógenas ou exógenas, ou seja, aquelas que surgem dentro do território local e as que são externas ao território local, respectivamente. Dentro do ambiente interno encontra-se o mercado, a sociedade civil e o governo local. As forças exógenas referem-se ao processo de globalização ou descentralização, conforme será explicado adiante.

Mercado, sociedade civil e governo local são um tripé que exige a participação de todos os atores. Às vezes, pode aparecer a vontade e o compromisso de um ator com o processo de desenvolvimento local sustentável, mas acaba não sendo o suficiente, porque, com o passar dos dias, debilita-se. Por exemplo, podemos encontrar na experiência das políticas públicas para o desenvolvimento local sustentável que passa por uma etapa inicial de boas expectativas, mas que não derivam em boa aplicação ou bons resultados. Às vezes, as iniciativas surgem das organizações da sociedade civil, como cooperativas que precisam de financiamento ou ONGs que têm excelentes ideias, mas sem o apoio financeiro não é possível dar continuidade à obtenção de bons resultados, daí a importância fundamental do Estado.

Também pode ocorrer que o governo implemente políticas para o desenvolvimento local sustentável direcionadas às organizações da sociedade civil interessada e, ainda assim, o processo pode não se desenvolver segundo as expectativas. Onde está a falha? A verba repassada é insuficiente? Há ausência de técnicos qualificados? Há ausência de vontade e compromisso com a política pública do desenvolvimento? Há ausência de vontade e compromisso por parte da sociedade? Há ausência de capacitação adequada nas empresas? Aqui é onde voltamos e refletimos: o que implica o desenvolvimento? a necessidade de atuar em rede e na instância do

planejamento estratégico de metas e procedimentos para se alcançar o desenvolvimento conforme expresso em Kronenberger (2011).

### **3.1. Desenvolvimento na vertente historiográfica**

A origem histórica do conceito de desenvolvimento está atrelada ao conceito de crescimento econômico. É interessante começar problematizando o desenvolvimento e outras possíveis acepções, visto que foram tomados como sinônimos de crescimento econômico até meados do século XX.

Após a Segunda Guerra Mundial percebeu-se que alguns países apresentavam níveis elevados de crescimento econômico medido pela variação do Produto Interno Bruto real (PIB); no entanto, por outro lado, constatou-se que grandes porções de sua população continuavam privadas de benefícios e do bem estar material gerado pelo crescimento da economia. Aliás, passou-se a questionar a concepção de que as altas taxas de crescimento da produção e da renda nacional resultariam em benefícios automáticos para a maioria da população.

A partir de estudos e pesquisas efetuados com base nessa falha conceitual é que se firmou o conceito de crescimento como fenômeno ligado à taxa de variação do PIB real, sem significar necessária e automaticamente a existência de implementação de benefícios e bem-estar para todas as camadas da população, ou na medida em que há a possibilidade de que o crescimento venha a ocorrer de forma concentrada em determinado espaço, território ou região, e centralizado nas mãos de determinados grupos sociais.

De todo modo, destacamos que, anteriormente, a concepção de desenvolvimento econômico era associada de modo geral à ideia de progresso; aliás, desde os tempos da antiga Grécia, passando então por filósofos como Saint-Simon, Hegel, Kant e Marx viam que o futuro da humanidade era percebido como positivo. Note que a visão da história era sempre otimista se se pretendia progredir em estádios (Calegare e Silva Júnior, 2011).

Nesse sentido, Furtado (2000) expôs que na Europa pode ser detectada a ideia de progresso como otimismo em três correntes de pensamento a partir do século XVIII, no iluminismo, como a corrente filosófica que tende ao progresso racional pela acumulação de riqueza que possibilita a melhoria de vida da população e, também, na expansão marítima dos Estados europeus para povos atrasados que aumentaria o bem-estar através da expansão da divisão internacional do trabalho.

Calegare e Silva Júnior (2011) sustentam que o progresso é caracterizado pelo crescimento econômico e tecnológico, sendo o século XVIII e XIX o período no qual essas ideias são expressas de forma mais intensa, já que somente a partir da Revolução Industrial é que se alcançaram melhorias materiais e avanços antes inimagináveis. Por essa razão é que para os autores, progresso, crescimento econômico, industrialização e desenvolvimento das nações começaram a ser tratados como sinônimos.

Para José Eli da Veiga (2010), o crescimento é um integrante importante do desenvolvimento, mas não são variáveis idênticas. O autor distingue que no processo de desenvolvimento a mudança é qualitativa, no entanto, no crescimento econômico a mudança é quantitativa.

Veiga (2010) argumenta que é errada a percepção de que o crescimento econômico seja resultado da Revolução Industrial do século XVIII, já que houve um crescimento anterior que preparou o território europeu para essas mudanças, muito embora nos duzentos anos após as mudanças introduzidas pela primeira Revolução Industrial, a humanidade tenha experimentado grandes alterações no padrão de vida. Veiga esclarece ainda que não foi o surgimento das fábricas o que

provocou o grande crescimento econômico, e sim a união entre a ciência e a técnica no final do século XIX.

Para a economia clássica, na visão de Adam Smith, há uma ordem natural subjacente e leis naturais pelas quais os indivíduos atuam a fim de maximizar seus benefícios e reduzir seus custos. Parece haver uma mão invisível que regula o mercado até atingir seu melhor desempenho sem a necessidade de intervenção do Estado (Sunkel e Paz, 1970).

Em contraposição as doutrinas citadas, no século XIX, Karl Marx elabora uma ampla teoria da história na qual critica o capitalismo como sistema social, porque seus modos de apropriação eram injustos. Assim, Marx coloca que seria mais uma etapa da evolução e suas próprias contradições o levariam à eclosão para, enfim, alcançar o comunismo – sistema social superior (Sunkel e Paz, 1970). Assim, numa sociedade comunista, tanto a propriedade de terra quanto os meios de produção deveriam ser coletivos.

Na década de 1930, após o crescimento espetacular da economia durante dois séculos, houve uma crise no capitalismo nunca visto, uma das causas foi a superprodução e, *a posteriori*, a queda da Bolsa de Valores de *Wall Street*, em 1929. Neste contexto, surgiu a teoria de Keynes, com um postulado inovador sobre a função do Estado, o qual deveria intervir no mercado, implementando ativamente políticas fiscais, cambial e tributária. O Estado não podia permanecer à margem do processo econômico como acreditavam os clássicos e os neoclássicos, aguardando simplesmente que uma mão invisível fosse ajustar a economia (Sunkel e Paz, 1970).

As escolas tradicionais da economia política como o liberalismo, o keynesianismo, e o socialismo surgiram na Europa e refletiram sobre fatos que estavam acontecendo nessas sociedades, estabelecendo caminhos a seguir diante de problemas comuns. O economista sueco Gunnar Myrdal (1967 *apud* Bresser-Pereira, 1967, p. 17) apresentou a seguinte crítica para a literatura dos países centrais: “grande parte dos livros que se publicam nos países desenvolvidos sobre os problemas dos países subdesenvolvidos são superficiais e completamente inaplicáveis”.

Assim, após a Segunda Guerra Mundial, emergiu uma corrente de pensamento na América Latina que questionou a universalidade das leis do capitalismo, argumentando que as teorias econômicas clássicas não conseguiram explicar adequadamente os problemas da região. Para Bielschowsky (2000), foi aproveitada aquela “rebelião keynesiana”<sup>4</sup> e surgiu na América Latina na década de 50 um pensamento próprio para tentar explicar os problemas da região.

Em 1945, foi assinada a *Carta de San Francisco* nos Estados Unidos por cinquenta países, por meio da qual foi instituída a Organização das Nações Unidas (ONU) que se propunha a trabalhar pelo desenvolvimento econômico, social e o progresso do planeta. A maioria dos países signatários tinha sido de latino-americanos subdesenvolvidos, muitos dos quais tinham atravessado as consequências da depressão econômica da década de 1930 (Sunkel e Paz, 1970). Nesse sentido, os países latino-americanos começaram a demandar a necessidade de um organismo que atuaria promovendo a pesquisa de estratégias para alcançar a melhoria da qualidade de vida, a industrialização e a independência econômica.

Criou-se assim, em 1948, a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). Inicialmente, pareceu que seria mais um órgão inócuo do sistema ONU, sem opinião própria, sem capacidade de atuação; no entanto, os fatos revelaram o contrário (Sunkel e Paz, 1970), pois as teorias da instituição permitiram compreender desde um olhar regional às causas da impossibilidade dos países de atingir certos patamares e propor iniciativas para consegui-los.

Sunkel e Paz (1970) advertem que no seio da CEPAL, tanto pesquisadores, quanto alunos e prestigiados *policy-makers* da região percebiam a falta de correspondência entre os conceitos



elaborados nos países desenvolvidos e a realidade observada na periferia latino-americana. Precisavam de teorias próprias e uma análise das teorias centrais com espírito crítico.

A CEPAL é a principal *think thank*<sup>5</sup> da região no plano da política econômica latino-americana que estuda o desenvolvimento das economias latino-americanas e tem reconhecimento e trajetória internacional. Mas, apesar disso, é difícil encontrar nos livros sua teoria. Bielschowsky (1998) imagina duas causas: a primeira é por que se trata de um centro de pesquisa e não de uma instituição acadêmica; a segunda é por que se preocupa com os problemas de desenvolvimento de uma região específica no mundo.

No que se refere às teorias da escola cepalina, relacionam-se com: a) o esquema centro-periferia que declara a existência de dois tipos de países centrais e periféricos que intercambiam matérias-primas e produtos industrializados; b) o comércio entre esses países produz deterioração nos termos de troca; c) o conseqüente e peculiar processo de industrialização da América Latina após a crise de 1929, d) a teoria da dependência, a relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento; e) a tese da inflação; f) o método estruturalista para estudar o desenvolvimento dos países; e g) “a proposta de planejamento da CEPAL” para superar a dependência (Bielschowsky 2000, p.26).

Prebisch, um dos secretários da CEPAL, após a análise de dados do comércio internacional dos países, constatou que se estava produzindo a deterioração dos termos de troca. As economias latino-americanas até 1929 cresceram exportando bens primários como carnes, cereais, café, minerais, borracha, frutas, entre outros. Com a queda da bolsa de *Wall Street*, caíram as exportações da região, porque as fábricas da Europa paralisaram e assim o mercado europeu reduziu a demanda dos bens latino-americanos e aumentaram as barreiras ao comércio internacional.

Conseqüentemente, para a América latina, os preços dos bens importados aumentaram, e diminuiu o preço e o volume dos produtos exportados, produzindo-se o estrangulamento externo, pela insuficiente quantidade de divisas para a importação dos bens intermediários para as fábricas e consumo da população. Portanto, a situação da região era de forte dependência do mercado externo. Desse modo, o comércio internacional não reportava os altos benefícios conforme predicavam as teorias clássicas e neoclássicas (Bielschowsky, 1998).

Por isso, os esforços de pesquisa da instituição foram encaminhados para elaborar estratégias e superar a dependência que tinha origem de variáveis externas. Nesse sentido, é apropriado apresentar a noção de desenvolvimento de Furtado (2000), para quem abrange outras variáveis, além do crescimento econômico.

A ideia do desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. A terceira dimensão é, certamente, a mais ambígua, pois aquilo a que aspira um grupo social pode parecer para outros simples desperdícios de recursos. [...] Assim, a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia a sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica (Furtado, 2000, p. 22).

Para o autor, o desenvolvimento vai atrelado ao subdesenvolvimento que se apresenta como um processo cultural específico. As elites das sociedades subdesenvolvidas imitam as práticas de consumo das elites das sociedades desenvolvidas, produzindo-se o efeito “demonstração” e, como se bem sabe, tal benefício não se estende ao restante da população (Furtado, 1984, *apud*,

Bielchowsky, 1998). Também dá origem à geração da formação de um esquema centro-periferia internacional e a formação de um esquema centro-periferia nacional (Sunkel e Paz, 1970).

### 3.2. Desenvolvimento e espaço geográfico

O debate em torno do conceito de desenvolvimento e sua localização geográfica tem alcançado muita importância na explicação dos fenômenos socioeconômicos e políticos, nos últimos anos. O desenvolvimento territorial é um conceito que abrange outros conceitos e tem a ver com um limite geográfico. Boisier (1999) explica que:

*el desarrollo territorial se trata de un concepto asociado a la idea de contenedor y no de contenido. Territorio es recorte de la superficie terrestre, pero no cualquier territorio interesa desde el punto de vista del desarrollo (p.8).*

Assim, podem-se estabelecer diferentes tipos de desenvolvimento de um país, de um governo estadual ou municipal, de uma região, de um bairro, entre outros. Boisier (1999) se pergunta qual é a diferença entre desenvolvimento local e regional. Sua ideia é de que a diferença reside em uma dupla questão escalar: uma tem a ver com o território e a outra com uma escala funcional. E também com as relações entre os atores, na escala local as relações são de tipo familiares; no entanto, na escala regional as relações são mais formais.

Recentemente, registrou-se um avanço indeclinável da globalização com o aumento do fluxo da informação virtual e do transporte internacional de pessoas e mercadorias. Parecia que a globalização iria apagar as fronteiras dos Estados-nação, assim as divisas dos países se tornaram deléveis.

Por conta disso, começaram a emergir fenômenos de natureza local no ambiente global como a “glocalização”, adquirindo força as regiões dentro do espaço nacional e se conectando com o entorno global (Jiménez, 2001). Não obstante, percebe-se a “endogeinização” das regiões em relação à tomada de decisões econômico-políticas que, de certo modo, foram provocadas pelo processo de globalização e, também, pelo fato de as empresas estarem cada vez mais ligadas aos ambientes externos, realidade esta que vai acentuando-se a partir de 1980 (Amaral Filho, 2001).

Para Jimenez (2001, p. 10), “essa reespacialização do acontecer sócio-econômico e político, manifesta-se de múltiplas maneiras”<sup>6</sup>, como as disparidades de crescimento em um mesmo país ou regiões sub nacionais que têm melhor desempenho que outras. O caso da América Latina é paradigmático no que refere às disparidades e distribuição de renda, sendo a região menos equitativa do mundo, apesar dos inúmeros planos de desenvolvimento local e regional implementados pelos Estados e por agências de cooperação internacional.

Cabe perguntar quais são as causas que levam algumas regiões a se desenvolver com maior êxito do que outras, emergindo, assim, disparidades regionais. Amaral Filho (2001) destaca que as primeiras explicações no sentido espaço e desenvolvimento apareceram no contexto alemão de aglomeração, concentração e localização industrial relacionadas com inovações tecnológicas e acumulação de conhecimento. Na década de 1950, do século XX, essas teorias se modernizaram e surgiram os conceitos de polos de crescimento, encadeamentos e causação circular cumulativa, isto é, geração de valor de baixo para cima.

Nos anos 70, o debate centrou-se no que foi a crise do modelo fordista de produção gerando espaço para as pequenas economias, e o novo papel dos atores locais. Esse tipo de processo de desenvolvimento endógeno em que as empresas se agrupam por tipo, aproveitando custos,

acumulação de conhecimento e tecnologia tem a ver com os estudos dos casos das indústrias surgidas na terceira Itália (Amaral Filho, 2001). O autor define o desenvolvimento endógeno como

um processo de crescimento econômico implicando em uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região. [...] O caráter endógeno desse processo não tem um sentido auto-centrado na própria região ou no local e, segundo, que seus fatores propulsores podem ser vistos tanto pelo lado da endogeneização da poupança ou do excedente como pelo lado da acumulação do conhecimento, das inovações e das competências tecnológicas, com repercussões sobre o crescimento da produtividade dos fatores (p.2).

Nos anos 80, o modelo de acumulação flexível também chamado post-fordismo ressuscitou o sucesso da *Tercera Itália*, e os conceitos de *Marshall* que proporcionaram uma explicação alternativa à crise do petróleo de 1973. Estava-se, pois, frente a uma nova revolução do sistema fabril que incluía a tecnologia desenvolvida na empresa, assim como as relações das empresas dentro de uma mesma região. A partir desse conceito, abriu-se um leque de pesquisas e vertentes teóricas nesse sentido (Jimenez, 2001).

Tanto Amaral Filho (2001) quanto Jimenez (2001) repararam no surgimento do modelo de crescimento endógeno; aliás, o valor que cresce no coração de uma região por suas próprias características permite a criação de valor numa região "de baixo para cima". Nesse caso, as empresas começaram a se agrupar por tipo, aproveitando as tecnologias e conhecimento existente numa região para se desenvolver. Jimenez (2001) coloca que está comprovado que as regiões mais bem sucedidas são "aquelas onde os valores e as instituições, ou seja, o ambiente sociocultural salienta o potencial tecnológico econômico do desenvolvimento local"<sup>7</sup> (p. 46).

Para Amaral Filho (2001), o município ou governo estadual adquirem um novo papel na coordenação da ação coletiva para o melhor aproveitamento das oportunidades, vantagens, e dar resposta às demandas da população, assim, é justificável a descentralização dos bens públicos federais. Por essa razão, tem surgido um novo modelo de desenvolvimento regional endógeno que utilizam conceitos como *cluster*<sup>8</sup>, distrito industrial e ambiente inovador<sup>9</sup>. Finalmente, o autor coloca que é importante que os atores, instituições, sejam eles do nível micro, meso ou macrorregional, que lutem para preservar as condições de competitividade da região em vista do que pode ser o declínio da mesma.

Um outro conceito que combina a variável espaço e desenvolvimento é o desenvolvimento local. O surgimento deste fenômeno tem a ver com as reformas neoliberais do Estado-nação ocorridas na América-Latina, em 1990. As estratégias e políticas públicas que impulsionam o desenvolvimento local combinam a criação de valor em um território e/ou aproveitamento das vantagens, pela mobilização dos atores locais. Adquire grande importância o governo municipal na coordenação da ação para o sucesso das regiões.

No que diz respeito à evolução histórica do conceito na América Latina, Altschuler e Casalis, (2006) colocam que o padrão de desenvolvimento, desde 1950 até 1980, era de cima para abaixo. No começo da década de 1950, os Estados impulsaram a substituição de importações e o planejamento industrial. Nesse contexto, o município funcionava somente como órgão administrativo, visto que as decisões concentravam-se no patamar federal. No entanto, segundo os autores, esse modelo de desenvolvimento quebrou em decorrência da abertura econômica, da

crise das dívidas externas, e das políticas econômicas implementadas do Consenso de Washington nos países da América Latina, em que o novo papel do Estado federal deveria ser mínimo.

Por isso, começaram as transferências de funções do governo federal aos governos estaduais e municipais, gerando um espaço para que o município começasse a agir. Foram transferidas funções às vezes sem os recursos econômicos suficientes como a provisão pública da saúde e da educação, além das outras funções tradicionais que já tinham os municípios. Segundo os autores, como consequência desse processo, os governos locais começaram a receber as demandas da população. Entende-se por desenvolvimento local:

Nesse sentido, se poderia entender o desenvolvimento local como a construção de um projeto coletivo de uma comunidade tendente a melhorar a qualidade de vida da população a partir da utilização e potenciação dos recursos e capacidades locais. As possibilidades de sucesso e sustentabilidade incluem além da construção democrática, a participação da comunidade, a geração de um processo econômico inclusivo, gerador de empregos, respeitoso do meio ambiente e da identidade local (Altuschuler e Casalis, 2006, p.10<sup>10</sup>).

Na Itália e na Espanha registrou-se um processo semelhante segundo Vazquez Barquero (2000), onde se gerou um entorno inovador no começo de 1980. Como consequência da crise do petróleo, as pequenas empresas e os atores sociais começaram a agir para enfrentar a crise econômica. Surgiu, então, uma relação entre o global e o local, assim compreendido: a) o global, como uma força que irrompe no espaço local; b) o espaço local freia a força global; e c) podem ser aproveitadas as oportunidades e desafios dos dois processos.

No começo do século XXI, a CEPAL encomendou um projeto de pesquisa em alguns países latino-americanos sobre as experiências de desenvolvimento local. A equipe liderada por Albuquerque (2004) examinou as causas desse processo de desenvolvimento e chegou à conclusão de que as políticas de descentralização não foram os únicos fatores preponderantes. Outras causas que originam o processo de desenvolvimento local têm a ver com a ineficácia das políticas do governo federal nos pequenos territórios, em que se gera um espaço de maior participação para a população. O autor outorga um papel importante aos atores locais e às instituições que tentam agir diante dos novos problemas.

Em referência às forças que potencializam o desenvolvimento local, podem surgir no interior ou fora do território alvo, ou seja, no primeiro caso podem ser atores locais no intuito de aproveitar uma vantagem e no segundo caso pode ser a descentralização ou uma nova empresa instalada no município. Assim, Albuquerque (2004), após a conclusão da análise, expõe que no processo de desenvolvimento local precisa-se de uma rede de atores e instituições organizada num território, o qual não pode ser substituído por políticas econômicas de incentivo ao desenvolvimento, isto é, o planejamento para o desenvolvimento.

Para Buarque (1999), o desenvolvimento local tem a ver com um tipo de processo endógeno que abrange um espaço territorial como um município, uma micro região e a forte consideração na análise do processo dos atores que estão intervindo. A população, os atores sociais e o município são os geradores desse processo, o qual produz aproveitamento das vantagens e potencialidades da região e também aumenta as oportunidades da população para a melhoria das condições de vida, com o objetivo de gerar crescimento econômico.

Segundo Buarque (1999), há dois processos que influem no desenvolvimento local. Um deles é a globalização que produz um fracionamento do espaço nacional gerando um novo espaço de vantagens e oportunidades para os atores locais. O segundo processo é a descentralização do Estado federal, no caso brasileiro, aquele que transfere funções aos governos estadual e municipal.

São processos independentes, ainda que tenham uma forte vinculação. O autor distingue a descentralização da desconcentração: no primeiro caso, é a transferência de autonomia de poder de decisão da união para os governos estadual e municipal; no segundo, é quando existe delegação na gestão de projetos ou atividades. Então surge um novo espaço de participação para a sociedade e para o governo local.

Para Buarque (1999), há um vínculo entre desenvolvimento local e descentralização. Ele explica o caso brasileiro, por exemplo: a partir da promulgação da Constituição de 1988, tem-se início um processo de repasse de funções e atribuições da união para as esferas estaduais e os municipais, ou seja, começa um processo de descentralização político-administrativo e de transferência de recursos.

A descentralização está baseada no princípio da subsidiariedade, a qual propõe que aquilo que pode ser feito por uma unidade menor não deve ser feito por uma maior. Além disso, gera poder de decisão da sociedade local. A comunidade e seus atores locais podem levar seus interesses para o centro decisório que está ainda mais próximo, o que produz maior democratização das decisões e aumenta a participação (Buarque, 1999).

Di Pietro Paolo (2007) chama a atenção para uma situação comum na realidade latino-americana. É a região mais desigual do planeta. Há pelos menos cinquenta anos que vêm sendo implementado planos de desenvolvimento e, no entanto, continua a crescer de maneira desigual. Os pobres latino-americanos estão em condições mais miseráveis, e os ricos continuam a aumentar seus patrimônios.

No que diz respeito ao assunto do conceito de desenvolvimento local e regional, o leque é grande. No entanto, o que dificulta o entendimento desses conceitos é haver muita prática e pouca teoria. Para o autor, há uma grande confusão em relação a seu significado. Desse modo, é necessário entender o local em seu contexto. Arocena (1995 *apud* Di Pietro Paolo, 2007) afirma que o desenvolvimento não é unilateral, por isso é preciso haver uma estratégia que envolva o Estado-nação, estadual e a instância global.

Em resumo, segundo os autores estudados, o desenvolvimento local é um processo endógeno que se aloca numa cidade, município ou comunidade, cujos atores, instituições e municípios estão organizados para melhor aproveitar as oportunidades e vantagens que oferece o território e, assim, produzir melhoria na qualidade de vida da população. Parece haver um consenso entre os autores estudados sobre as causas que criam esse processo. Pode ser o efeito da globalização ou da descentralização, além disso, não há dúvida de que os atores têm um papel estratégico tal qual o Estado.

### 3.3. Desenvolvimento sustentável e humano: surgimento

O desenvolvimento está associado à ideologia da sustentabilidade ambiental que emergiu nos anos 60, com os relatórios como os do Clube de Roma (Limites do Crescimento), e do Relatório *Brundtland* (Nosso Futuro Comum), sintetizado no conceito de desenvolvimento sustentável que foi definitivamente legitimado por 172 países na ECO-92, sediado no Rio de Janeiro em 1992, que aprovou a Convenção Quadro da Mudança Climática e a Convenção da Diversidade Biológica.

Sachs (2008, p. 31) coloca que esse novo padrão tem ligação com a ética, porque, além da preocupação com a questão ambiental, surgiu a solidariedade sincrônica e diacrônica das gerações da humanidade no uso dos recursos naturais. Para o autor, o desenvolvimento sustentável é um problema a ser enfrentado pelo planeta todo. Para resolvê-lo, as sociedades devem aproveitar o que a natureza oferece ao máximo com o uso das novas tecnologias e, assim, o autor formula a

necessidade de se construir uma sociedade “b ao cubo, o primeiro b representa a biodiversidade, o segundo é a biomassa e o terceiro a biotecnia” (p. 31).

A preocupação com o aspecto ambiental origina-se nos anos 60 do século XX, como já foi colocado no parágrafo anterior. No entanto, surgiram contradições com o passar do tempo. Os ecologistas e ativistas ambientais ao redor do planeta defendiam a preservação da natureza até o ponto de o homem não intervir nela; mas, como subsistiriam os pequenos agricultores, os ribeirinhos, sem acesso a sua fonte de alimentação? Assim, a sustentabilidade não se restringe somente às variáveis ambientais, pois também tem a ver com a sustentabilidade social. Esse é o ponto de interseção do desenvolvimento sustentável com o desenvolvimento humano.

Nos anos de 1990, o economista Amartya Sen – que chegou a desempenhar funções para o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e também é autor de “Desenvolvimento e Liberdade” – criou um conceito de Desenvolvimento Humano, segundo o qual, desenvolvimento pode ser entendido como um processo de expansão das liberdades que desfrutam os indivíduos. Um exemplo apresentado pelo autor consiste no seguinte: em sistemas democráticos, os governantes têm menos possibilidades de que a população tenha fome coletiva por muitos anos, visto que existe a liberdade de se eleger governantes e assim evitar essas catástrofes. Ao contrário do que ocorre na ditadura, esse controle social não acontece, porque os cidadãos não são livres para votar (Sen, 1999).

#### **3.4. A visão crítica do desenvolvimento regional/local: o “olhar das escalas”**

Os autores aqui citados trazem uma crítica ao conceito de desenvolvimento local e regional. Desde a década de 90, voltaram à cena as estratégias de desenvolvimento local/regional, a implementação das agendas de desenvolvimento sustentável, palestras e seminários sobre gestão para o desenvolvimento. A questão regional apareceu e desapareceu diversas vezes das prioridades políticas dos governos, assim como também os momentos de planejamento regional. Vainer (2010) ressalta que são as rupturas do sistema que acabam produzindo uma nova geografia.

O exame da economia política de cada projeto permitiria identificar a forma pela qual os atores políticos e as empresas nacionais e internacionais associam-se, mobilizando as elites locais e regionais para exercer o controle do território, constituindo uma nova geografia física, econômica e política que descompõe o território nacional em novos fragmentos globalizados (Vainer, 2010, p. 278).<sup>11</sup>

A nova lógica do planejamento regional tem como resultado a fragmentação do Estado-nação em espaços menores, que permite o ingresso e a submissão do território ao capitalismo e à globalização. Em tal sentido, o marketing urbano que se implementa envolve conceitos como “desenvolvimento local, empreendedorismo territorial, atração de capitais”<sup>12</sup> (Vainer, 2010, p. 279). Cada município oferece inúmeras atrações e vantagens para os investimentos estrangeiros.

Há uma grande competição entre municípios, cidades maiores, e regiões, para atrair empresas produzindo-se um Estado hobbesiano<sup>13</sup> de luta de todos contra todos, ou seja, das instâncias institucionais do Estado-nação para atrair os investimentos. Então, a lógica capitalista adentra os territórios sem muita dificuldade, sem regra, nem norma ou lei. Vainer (2010) ilustra o caso anterior com os coronéis da história política brasileira, na qual os tenentes tinham votos cativos em suas comunidades, o que lhes garantia poder de acordo com a classe política nacional.

Uma das causas da ruptura é a utilização das categorias importadas de vantagens competitivas ou de polos de crescimento, em que claramente operou a dinâmica do imperialismo cultural

(Wacqnat-Bourdieu *apud* Vainer 2010). Aquele ato de explicar fenômenos específicos de uma região periférica com categorias produzidas no centro, para Vainer (2010) é uma espécie de colonização levada a cabo pelo conhecimento, segundo as palavras de Bourdieu e Wacquant é o que se chama de “*imperialismo cultural*” (2002, *apud*, Vainer, 2010, p. 284). É uma prática de pesquisa recorrente, que se apresenta com maior presença após a grande globalização do conhecimento e até dentro dos contextos nacionais.

Vainer (2010) coloca o exemplo de *Sillicon Valley*, que foi utilizado como modelo pelo Brasil para implementar as estratégias de desenvolvimento regional. O quebramento do território nacional pela lógica capitalista e de globalização tem correspondência com o discurso político para dar legitimidade às ações promovidas.

De tal modo, Vainer (2010) coloca que o desafio para o planejamento do desenvolvimento em escala nacional é o impulso de estratégias com apoio social surgido do povo. Entre as diretrizes para se construir um projeto em escala nacional encontram-se a desarticulação das antigas oligarquias e elites tradicionais, a cooperação regional e internacional, o debate democrático das escalas, um projeto territorial transescalar que contemple as escalas local, regional, nacional, continental, internacional e a redução de desigualdades sociais e territoriais (Vainer, 2010).

Para Fernandez (2010, p.301), após a crise do petróleo em 1973, e do adveniente modelo post-fordista/toyotista, observou-se a popularização de categorias conceituais como “distritos, clusters regiões inteligentes, cooperação, capital e densidade institucional”<sup>14</sup>. A força e presença desses argumentos na literatura e no discurso dos pesquisadores de políticas públicas para o desenvolvimento parece ter dado origem a um novo paradigma “regionalista/localista” (p. 301) [...] ou “pensamento único localista” (Brandão, 2007, *apud* Fernandez, 2010, p. 301), os quais ganharam força inicialmente nos países do centro e tempo depois foram se espalhando pelo restante do mundo.

No entanto, continuam sem resolução as disparidades regionais, e a América Latina continua sendo uma das regiões menos equitativas do mundo, e o mais grave ainda é que esse tipo de política tem conseguido aprofundar as diferenças inter-regionais. O autor coloca que para a região esses modelos foram popularizados por instituições como CEPAL e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (Fernandez, 2010).

Fernandez (2010) tem feito uma análise de escalas para poder analisar os efeitos da globalização e o novo capitalismo. Para ele, os conceitos de região e local são as categorias do novo capitalismo. O autor aborda regiões segundo o paradigma regionalista, não como fatos, mas como categoria epistemológica, podendo, assim, desentranhar os interesses que têm por trás o modelo tri-escalar, constituído pelas escalas global, nacional e local (Taylor, 1982, *apud* Fernandez, 2010, p. 307).

Fernandez (2010) explica o modelo tri-escalar segundo a metáfora das bonecas russas de Howit (1998, *apud* Fernandez, 2010, p.308), isto é, como artefatos que se encaixam um dentro do outro, mas cada um tem sua particularidade, já que separadas cada boneca não teria sentido. Para compreender o poder explicativo da metáfora é pertinente analisar o tamanho das bonecas. O tamanho implica que as escalas estão interconectadas, sendo impossível que a menor tenha mais poder que a boneca maior, senão nos limites que esta permite.

O Regionalismo Dominante apresenta a escala local como plana, possibilitando a relação com a escala global, no sentido “glocal”, desativando a capacidade do Estado-nação para intervir e a ação coletiva local, ou seja, há uma escala global com capacidade de penetrar o território local e a escala nacional sem nenhuma possibilidade. De fato, por trás dessa relação impulsada pela globalização há interesses, há atores (Fernandez, 2010).

Esse novo panorama está legitimado pelos *policy-makers* e os acadêmicos do novo regionalismo que necessitam do capital global para o desenvolvimento, deixando debilitado o Estado-nação. Na época do fordismo, o Estado-nação podia intervir em favor dos mais pobres e das regiões menos desenvolvidas, ante a invasão das empresas multinacionais (Fernandez, 2010). Agora, a possibilidade do Estado-nação para intervir é quase nula, já que o território está desarticulado e as regiões competindo pelos investimentos.

Há uma grande necessidade de se recuperar a escala nacional na pesquisa e no planejamento do desenvolvimento. Fernandez (2010) coloca alguns elementos-chave para conseguir o desenvolvimento na escala nacional, assim o Estado-nação deve potencializar o crescimento e a acumulação endógena, ou seja, a inserção regional para superar a dependência latino-americana. O modelo de Estado se apresenta assim:

qualificado para fazer uma intervenção estratégica na que o desenvolvimento de um processo de acumulação endógeno é compatível com uma bem sucedida inserção internacional e uma redistribuição universal e progressiva, a convocatória e um dinamismo regional nacionalmente articulado posiciona-se como elemento chave para o desenvolvimento latino-americano e tem o desafio de quebrar o antigo *path dependence*. O qual foi baseado na centralização autoritária, na exclusão territorial e na propensão mercado-internista e rentista dos atores concentrados no capital nacional e transnacional, não aparece ainda bem definido pelos difusores acrílicos do regionalismo dominante (Fernandez, 2010, p. 335)<sup>15</sup>

#### 4. Considerações finais

Após as leituras e as discussões apresentadas, acredita-se que o desenvolvimento local sustentável é um processo que envolve a vontade política e o desejo da população de mudar para se atingir uma melhor qualidade de vida.

No nível estritamente teórico o desenvolvimento local sustentável é uma subcategoria do desenvolvimento territorial, o qual estuda o desenvolvimento de determinado recorte geográfico. Então, pode-se falar de desenvolvimento local e regional de um país. Estes se diferenciam entre si por uma questão de senso comum, por exemplo, se se está planejando uma estratégia de desenvolvimento intermunicipal de Boa Vista, Alto Alegre e Mucajaí<sup>16</sup> a área territorial abrangida é menor em quilômetros e menos complexa se institucionalmente comparada com uma determinada estratégia conjunta de desenvolvimento dos Estados de Amapá, Roraima e Amazonas (Brasil). No primeiro caso estamos pensando no local e no segundo no âmbito regional.

O desenvolvimento local sustentável é um tipo de processo que envolve os seguintes atores: a sociedade civil, as instituições, as empresas e as universidades, somados a estas temos o Estado, que se constitui como ator estratégico; todos eles atuam em rede preocupados com o desenvolvimento, pois o Estado é responsável por incentivar a participação social, intervir ante os problemas e coordenar a lógica horizontal e vertical no espaço político.

O Estado, nos níveis municipal, estadual ou federal, deve ter a vocação de conduzir o processo com líderes capacitados e uma equipe de *policy makers* com suficiente e adequado conhecimento. A finalidade da sociedade que se encaminha para um processo de desenvolvimento é conseguir uma melhor qualidade de vida, que significa melhor educação, melhor saúde e serviços públicos mais eficientes.

O desenvolvimento local sustentável envolve um processo endógeno de crescimento econômico que se propõe a aproveitar as vantagens do território alvo. É fato que todos os territórios têm alguma característica latente que poderia dar lugar ao desenvolvimento, atuando assim como forças endógenas, ou seja, potencialidades ou bens pode ser uma vantagem em relação a outras cidades.



## Referencias Bibliográficas

- ALBURQUEQUE, F. (2004). Desarrollo económico local y descentralización en América Latina. *Revista de la Cepal*, 82, pp. 157-171.
- ALTSCHULER, B. & CASALIS, A. (2006). *Aportes del Desarrollo Local y la Economía Social a una estrategia nacional de desarrollo*. En El desarrollo en un contexto postneoliberal. Hacia una sociedad para todos(pp 1-46). Buenos Aires: CICCUS-FLACSO.
- AMARAL FILHO, J. (2001). A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. *Planejamento e Políticas Públicas PPP IPEA*, 23, pp.261-286.
- Andrade, M. (2009). *Métodos e Técnicas de pesquisa*. En Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 9. ed. (pp 119-126). São Paulo: Editora Atlas S.A.
- BIELSCHOWSKY, R. (1998). Cincuenta años del pensamiento de la Cepal: una Reseña. *Comisión Económica Para América Latina y el Caribe. Cincuenta años del pensamiento de la Cepal: Textos Seleccionados*, 1, pp. 9-61
- BIELSCHOWSKY, R. (2000). *Introdução. Pensamento de Celso Furtado*. En Pensamento econômico brasileiro; o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5 ed(pp.11-29; pp. 126-155). Rio de Janeiro: Editorial Contraponto.
- BOISSIER, S. (1999). *Desarrollo local: De qué estamos hablando?* Copyright del autor, <http://municipios.unq.edu.ar/modules/mislibros/archivos/29-DesLo.pdf>, 29. 30/09/2017, De Documento comisionado por la Cámara de Comercio de Manizales Colombia Base de datos.
- BOBBIO, N. (2010) *Estado, Gobierno y Sociedad*, México D.F., Fondo de Cultura Económica, cap. III (pp. 101-127).
- BRASIL. (2002). Agenda 21 Global. 2000. CONFERENCIA DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE EL MEDIO AMBIENTE Y EL DESARROLLO, Capítulo 28.
- BRESSER-PEREIRA, L. (1967). A Teoria Econômica e os Países Subdesenvolvidos. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 7, n. 24, jul-set, pp.15-40.
- Buarque, S. (1999). *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. 13 nov. 2015, de IICA Sitio web: <http://www.iica.org.br/docs/publicacoes/publicacoesiica/sergiobuarque.pdf>
- CALEGARE, M. & SILVA JÚNIOR, N. (2011). Progreso, Desenvolvimento Sustentável e abordagens diversas de desenvolvimento: uma sucinta revisão de literatura. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 24, pp. 39-56.
- DI PIETRO PAOLO, L. (2007). *Hacia un desarrollo integrador y equitativo. Una introducción al desarrollo local*. En Desarrollo Local: Uma respuesta humana a escala humana a la globalización. 1 ed(pp.12-50). Buenos Aires: CICCUS.
- FERNANDEZ, V. (2010). *Desarrollo regional bajo transformaciones transescalares ¿Por qué y cómo recuperar la escala nacional?* . En Escalas y políticas del desarrollo regional. Desafíos para américa latina. 1ed. (pp.301-343). Ciudad de San Martín: Editorial Miño y Dávila.
- FURTADO, C. (2000. Terceira edição.). *I- O Desenvolvimento: visão global. II- Desenvolvimento-Subdesenvolvimento: a problemática atual. III- A nova visão do desenvolvimento influência de alguns autores. IV-Conceitos fundamentais*. En Pequena Introdução ao Desenvolvimento. Enfoque Histórico – Estrutural. (pp.1-51). Cidade do Rio de Janeiro: Editorial Paz e Terra.
- GRAGLIA, E. (2004). *Diseño y Gestión de políticas públicas hacia un modelo relacional*. Córdoba. EDUCC.

- JIMÉNEZ, E. (2001). *Evolución de los paradigmas y modelos interpretativos del desarrollo territorial*. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comissão Para O Desenvolvimento Econômico Da America Latina e o Caribe, Serie N 13, pp.1-51. 09 maio 2016, De [http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7262/S018637\\_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7262/S018637_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y) Base de datos.
- KRONEMBERGER, D. (2011). *Desenvolvimento Local Sustentável: uma abordagem prática*. Cidade de São Paulo: SENAC.
- SACHS, I. (2008). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. 3 ed. . Cidade de Rio de Janeiro: Garamond.
- SEN, A. (1999). *Introdução. A perspectiva da liberdade*. En *Desenvolvimento como Liberdade*(pp.9-54). Cidade de São Paulo: Editora Schwakcz Ltda. 6 Reimpressão.
- SUNKEL, O. & PAZ, P. (1970). *Tercera Parte: La Teoría del Desarrollo Económico*. En *El subdesarrollo latinoamericano y la Teoría del desarrollo*. 1. ed.(pp. 81-201). México DF: Siglo XXI Editores, S. A.
- VAINER, C. (2010). *Planificación territorial y proyecto nacional: los desafíos de la fragmentación en la experiencia brasileña*. En *Escalas y políticas del desarrollo regional. Desafíos para américa latina*. 1ed. (pp. 274 – 300). Ciudad de San Martín: Editorial Miño y Dávila.
- VAZQUEZ BARQUERO, A. (2000). *La política de desarrollo económico local: el concepto de desarrollo económico local*. 17 mar. 2016, de Flacso Sitio web: [cite.flacsoandes.edu.ec/.../Vazquez-A\\_2000\\_](http://cite.flacsoandes.edu.ec/.../Vazquez-A_2000_)
- VEIGA, J. (2010). *Parte I: O que é desenvolvimento*. En VEIGA, J. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. (pp.226). Cidade do Rio de Janeiro: Garamond.

---

<sup>1</sup> Responsáveis de elaborar a política pública.

<sup>2</sup> Para uma explicação mais aprofundada de desenvolvimento local ver item 1.2. Sugere-se ao leitor para ampliar a temática, a leitura de Vazquez Barquero, Alburqueque, Boisier, Costamagna e Arocena entre outros, reconhecidos pesquisadores do assunto vinculados a CEPAL.

<sup>3</sup> Ao longo do artigo refere-se ao Estado e ao governo, assim, apresenta-se de imensa importância esclarecer a diferença entre Estado e Governo. Segundo Bobbio (2010), embora não haja uma demarcação concisa entre os anteriores conceitos, as formas de governo têm a ver com a estrutura do poder e as relações entre os órgãos aos que à Constituição assigna o exercício do poder de maneira cotidiana, no entanto as formas de Estado têm em conta as relações de classe, as relações entre o sistema de poder e a sociedade, as ideologias e os fins de caráter histórico e sociológico. O Estado tem poder soberano o qual está composto pelos Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Mas os Governos são passageiros e periódicos, ou seja uma parte da sociedade que assume o Poder Executivo e parte do Legislativo.

O governo necessita da política pública que é um conjunto de ações, definições e ferramentas para conseguir uma determinada sociedade ideal. Se essa política pública adotada por um governo “X” proveem do consenso dos partidos políticos e da sociedade civil pode se converter em política de Estado, são aquelas tem um período de implementação de longo prazo e mais abrangência, de fato superior a um governo determinado, as vezes podem abarcar várias décadas (GRAGLIA, 2004). A hipótese dos autores é que o desenvolvimento local sustentável deve ser uma política pública de Estado.

---

<sup>4</sup> Palavras do autor.

<sup>5</sup> É um grupo ou instituição organizada para a pesquisa intensiva e para dar resposta aos problemas, especialmente nas áreas de tecnologia, sociedade, estratégia política e o armamento.

<sup>6</sup> Tradução nossa.

<sup>7</sup> Tradução nossa: *“aquellas donde los valores y las instituciones, o sea, el ambiente sociocultural impulsa el potencial tecnológico económico del desarrollo local”*.

<sup>8</sup> Grupo de empresas ou indústrias da mesma atividade, que estão localizadas no mesmo espaço geográfico.

<sup>9</sup> Tradução nossa: milieu innovateur.

<sup>10</sup> Tradução nossa: *desde una perspectiva integral basada en procesos colectivos inclusivos a partir de la utilización y articulación de los recursos y capacidades locales pero con una perspectiva de inserción mundial. En ese sentido, se podría entender al desarrollo local como la construcción de un proyecto colectivo de una comunidad tendiente a mejorar la calidad de vida de la población a partir de la utilización y potenciación de los recursos y capacidades locales. Las posibilidades de éxito y sostenibilidad implican además la construcción democrática, la participación de la comunidad, la generación de un proceso económico inclusivo, generador de empleo, respetuoso del medio ambiente y de la identidad local (Altuschuler e Casalis, 2006, p.10).*

<sup>11</sup> Tradução nossa: *El examen de la economía política de cada gran proyecto permitiría identificar de qué forma los actores políticos y empresas nacionales e internacionales se asocian, movilizando a las elites locales y regionales para ejercer el control del territorio, constituyendo una nueva geografía física, económica y política que descomponga el territorio nacional en nuevos fragmentos globalizados (Vainer, 2010, p. 278).*

<sup>12</sup> Tradução nossa: *Desarrollo local, emprendedorismo territorial, atracción de capitales.*

<sup>13</sup> A expressão “estado hobessiano” refere-se a luta de todos contra todos, status anterior a criação do Estado segundo Hobbes.

<sup>14</sup> Tradução nossa: *distritos, clusters, regiones inteligentes, cooperación, capital y densidad institucional.*

<sup>15</sup> Tradução nossa: *cualificado para habilitar una intervención estratégica en el que el desarrollo de un proceso de acumulación endógeno compatibiliza con una exitosa inserción internacional y una redistribución universal y progresiva, la convocatoria a un dinamismo regional nacionalmente articulado se posiciona como una pieza clave para un desarrollo latinoamericano desafiado a revertir su pesado path dependence. Este último, fundado en la centralización autoritaria, la exclusión territorial y la propensión mercado-internista y rentista de los actores concentrados del capital nacional y transnacional, no aparece aún bien computado por los difusores acrílicos del regionalismo dominante (Fernandez, 2010, p. 335).*

<sup>16</sup> Municípios do Estado de Roraima, extremo norte do Brasil, localizados na Amazônia brasileira.